

30 SET 2015

# FOLHA DE LONDRINA

# Projeto aproxima

# Justiça dos

# estudantes

Iniciativa do TJ-PR promove  
visitas de juizes, promotores e  
advogados a escolas públicas

Rafael Souza  
Reportagem Local

**15 escolas em situação  
de vulnerabilidade  
social receberão  
as visitas**

**E**scolas municipais de Londrina começaram a receber ontem as visitas do projeto "Justiça se aprende na Escola", do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A ideia é levar às crianças noções do trabalho do Judiciário, através de conversas informais conduzidas por juizes, promotores e advogados. "Queremos aproximar o Poder Judiciário, o Ministério Público e os advogados das crianças, desmistificar a figura do juiz, que é visto por muitas delas como uma pessoa inacessível. O projeto quer trazer o Judiciário para dentro da escola, através de conversas informais ensinando a eles o que faz um juiz, um advogado e por que existe Justiça", explicou a juíza de Direito das Varas da Infância e Juventude de Londrina, Isabele Ferreira Noronha.

A primeira escola visitada foi a municipal Irene Aparecida da Silva, localizada no Conjunto Habitacional Jamile Dequech (zona sul).

Cerca de 50 alunos do 5º ano do ensino fundamental participaram da palestra no período da tarde e puderam, entre outras coisas, conhecer leis e saber como denunciar casos de violência ou abuso sexual, por exemplo.

O estudante João Luiz Ferreira Neto, de 11 anos, garantiu que não vai esquecer tão cedo o que aprendeu ontem. "A gente aprendeu o que pode e o que não pode fazer e que tudo o que a gente faz de errado volta pra gente mesmo", contou o garoto. "Foi muito legal para incentivar muitas crianças a ser pessoas de bem e seguir carreira como advogado, promotor ou juiz", valorizou Samuel Fernandes Silva, de 11 anos, que sonha um dia estar do outro lado.

"Quero ser advogado ou engenheiro civil e para mim também foi um incentivo", citou o estudante.

Ainda durante o papo com o grupo, alguns já se manifestaram. Depois, uma fila se formou para conversar com a juíza e a promotora de Justiça da Vara da Infância Josilaine de Andrade. "Foram relatadas situações de violência doméstica, alcoolismo, uso de drogas e abusos sexuais. É um trabalho feito de forma sigilosa para que eles se sintam à vontade para expor os problemas. Geralmente o que chega para a gente já é a ponta do iceberg, e quando a gente vem fazer um trabalho como esse a gente se surpreende, porque vemos que muita coisa não chega ao nosso conhecimento. Temos que fazer o nosso trabalho de forma mais efetiva", observou a juíza.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

30 SET 2015

As visitas são a primeira etapa do projeto. Após as palestras, os alunos receberão apostilas e terão cerca de 30 dias para estudar o papel do Judiciário, antes da visita ao Fórum de Londrina. A terceira etapa consiste na elaboração de uma redação sobre o tema e as melhores serão premiadas, de forma simbólica.

Segundo a magistrada, 15 escolas em situação de maior vulnerabilidade social receberão as visitas. Uma equipe de 45 pessoas, entre juízes, promotores e advogados, será a responsável por guiar o projeto. Segundo Isabele, também serão distribuídas 1,5 mil apostilas. O projeto prevê 15 encontros até o final de outubro.

A premiação das redações será feita no final de dezembro.

“É um trabalho também pre-

ventivo, um trabalho de formiguinha para tentar mudar uma realidade social. Talvez, lá no passado, se essas crianças que têm problemas com a Justiça hoje tivessem tido esse acesso, as coisas poderiam ser diferentes”, reforçou a magistrada.

Para a supervisora da escola, Joselen Amarins, o projeto servirá para ensinar aos alunos o que fazer em situações de risco. “Pode acontecer deles saberem o problema, mas não terem coragem para denunciar. É um alerta para eles saberem que estão amparados”, ressaltou. Ainda segundo ela, a filosofia do projeto será desenvolvida dentro da escola com trabalhos sobre o tema Justiça.

CONTINUA

30 SET 2015

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO



*A juíza Isabele Noronha (centro) levou informações sobre o Poder Judiciário aos estudantes*



*O estudante João Luiz Ferreira Neto garantiu que não vai esquecer tão cedo o que aprendeu ontem*



*"Foi muito legal para incentivar muitas crianças a ser pessoas de bem", valorizou Samuel Fernandes Silva*

**30 SET 2015**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **INFORME**

#### **Ex-delegado da Receita apela ao STJ**

Ainda ontem – um dia após ter negado habeas corpus pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná – a defesa do auditor Marcelo Müller Melle, ex-delegado da Receita de Londrina, apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O HC foi distribuído ao ministro Newton Trisotto, da 5ª Turma. Até então, quem vinha analisando os habeas corpus – e libertando todos os envolvidos – da Operação Publicano era o ministro Sebastião Reis Júnior, da 6ª Turma. No TJ, o desembargador Laertes Gomes Ferreira entendeu que há elementos suficientes para manter a prisão de Melle, determinada pela 3ª Vara Criminal de Londrina há uma semana.

30 SET 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Lava Jato rastreou R\$ 200 mi em propinas, afirma Moro

**Montante refere-se a apenas quatro ações criminais e envolvem as diretorias de Abastecimento e de Serviços da Petrobras**

Julia Affonso, Mateus Coutinho, Ricardo Brandt e Fausto Macedo

*Agência Estado*

**São Paulo** - Apenas quatro ações criminais já julgadas na Operação Lava Jato, envolvendo duas das maiores empreiteiras do País, confirmam pagamento de R\$ 200.595.035,94 em propinas às diretorias de Abastecimento e de Serviços da Petrobras. De acordo com as sentenças do juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Lava Jato, parte dos valores foi recebida pelo ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, pelos ex-diretores da estatal Renato Duque (Serviços), Nestor Cerveró (Internacional) e Paulo Roberto Costa (Abastecimento) e pelo ex-gerente de Engenharia da companhia Pedro Barusco.

O rombo global nos cofres da estatal petrolífera alcançou R\$ 6,2 bilhões, segundo o próprio balanço da companhia - mas pode chegar a R\$ 19 bilhões, segundo investigações da Polícia Federal. O resumo das quatro

condenações que confirmam repasses de R\$ 200,5 milhões foi incluído por Sérgio Moro no decreto de prisão preventiva do empresário João Augusto Henriques, apontado como lobista do PMDB na estatal petrolífera e acusador do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) - Henriques disse à PF que abriu uma conta na Suíça para depositar propinas para o peemedebista.

O destaque do juiz federal de Curitiba foi inserido no despacho de prisão preventiva de Henriques, dois dias depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) fatiou a Lava Jato, tirando de suas mãos importantes desdobramentos da investigação que tem raiz na Petrobras.

Costa e Barusco fizeram delação premiada e admitiram envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras. Duque e Cerveró negam. O juiz Moro aponta que intermediaram o pagamento das propinas e se encarregaram da lavagem de dinheiro o doleiro Alberto Youssef, o empresário Júlio

Camargo e os lobistas Mário Góes, Adir Assad e Fernando "Baiano" Soares, ligado ao PMDB. Youssef, Camargo, Góes e Baiano são delatores na investigação.

Primeira empreiteira a ter seus executivos condenados no esquema de corrupção instalado na Petrobras entre 2004 e 2014, a Camargo Corrêa fechou, recentemente, acordo de leniência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e com o Ministério Público Federal para revelar irregularidades na estatal petrolífera e na Eletronuclear, cujo ex-presidente, o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, foi preso. Na sentença, Sérgio Moro apontou que os dirigentes da Camargo Corrêa pagaram R\$ 50.035.912,33 em propinas à diretoria de Abastecimento da Petrobras.

**CONTINUA**

30 SET 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Dalton dos Santos Avancini, que foi presidente da empreiteira, e Eduardo Leite, ex-diretor vice-presidente da empresa, pegaram 15 anos e dez meses de reclusão. Os dois fizeram delação premiada nos autos da Lava Jato e, por isso, o juiz Sérgio Moro concedeu a eles regime de prisão domiciliar.

A OAS, outra condenada na Lava Jato, nega ter participado do esquema. Segundo a sentença, a empreiteira pagou propina de R\$ 29.223.961,00 também na Diretoria de Abastecimento. O empresário José Aldemário Pinheiro, o Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira, e Agenor Medeiros, ex-diretor-presidente da área internacional, foram condenados a 16 anos e 4 meses de reclusão. Os executivos Mateus Coutinho de Sá Oliveira, ex-diretor financeiro, e José Ricardo Nogueira Breghirolli pegaram onze anos de reclusão e Fernando Stremel foi condenado a quatro anos em regime aberto.

Na Diretoria Internacional, a sentença de Sérgio Moro apontou R\$ 54.517.205,85 em propinas pagas em contratos de fornecimento de navios-sondas. Teriam recebido parte dos valores o ex-diretor Nestor Cerveró e o lobbista Fernando Baiano, ambos condenados. Cerveró pegou 12 anos e 3 meses de prisão e Baiano, 16 anos.

No último dia 21, Justiça Federal condenou o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque a 20 anos e oito meses de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa - a mais alta pena já imposta pela Lava Jato. Moro indicou o pagamento de R\$ 23.373.653,76 em propinas à Diretoria de Abastecimento e de R\$ 43.444.303,00 à Diretoria de Engenharia e Serviços em outras obras da Petrobras, como as contratadas com o Consórcio Interpar e com Consórcio CMMS.

Na mesma sentença, o juiz Moro condenou o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, também por corrupção e lavagem de dinheiro, a 15 anos e 4 meses de prisão. Os mesmos crimes foram atribuídos a Duque. É a primeira condenação aplicada ao ex-diretor de Serviços, apontado como elo do PT no esquema Petrobras, e também do ex-tesoureiro do partido na Lava Jato.

# FOLHA DE LONDRINA

NILVA MEDEIROS KATAOKA 30 SET 2015

## 12 anos: criança ou adolescente?

Vejo como um ser humano em formação que precisa ser cuidado, orientado, alimentado, respeitado, que necessita de bons exemplos, carinho, atenção, etc. Ou seja, ainda depende de alguém para sobreviver. A grande angústia é que existem muitas crianças próximas a nós vivendo sem o mínimo necessário para seu bom desenvolvimento. A formação de um indivíduo tem como base um tripé muito conhecido por todos nós, que é: a educação, saúde e segurança. Palavras estas que muito ouvimos falar em épocas específicas no Brasil. Passando tais épocas, tudo volta a ser como antes: as crianças voltam a ser invisíveis. Nossos governantes se preocupam, ou parecem se preocupar, com a violência. No entanto, a grande maioria, não tem um olhar atento para as crianças, para sua formação. A preocupação maior é com a construção de presídios, pois acreditam que prendendo o bandido a sociedade vai ficar mais segura. Já a preocupação com creches e educação de qualidade não é tão importante, pois crianças não fazem mal à sociedade, ou seja, abandonam as crianças nas ruas de nosso país, esperam ela ficar adulta e violenta (às vezes, não tão adulta), para depois elas ocuparem as vagas em nossos decadentes e abarrotados presídios. Essas pessoas, via de regra, também não tiveram acesso a uma formação adequada. Vejo como contraditório e perigoso um país que não prioriza a formação das crianças e sim a punição delas, quando se tornam adultas. Bizarro não?

Comecei o texto questionando sobre ser criança ou adolescente aos 12 anos, mera definição de termos, nomenclatura desnecessária a meu ver. O que realmente interessa é o depoimento de uma mãe, cujo o filho já está envolvido com tráfico e ela não ter estrutura emocional, financeira ou qualquer outra para salvá-lo. Seu filho já está à margem da sociedade e, por enquanto, só tem 12 anos.

NILVA MEDEIROS KATAOKA é  
servidora pública em Londrina

30 SET 2015

GAZETA DO POVO

29 DE ABRIL

# Justiça dá início à ação da “batalha do Centro Cívico”

Ação civil pública acusa Richa, Francischini e os comandantes da PM à época de improbidade administrativa

Diego Ribeiro

A 5.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba recebeu a ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná contra o governador Beto Richa, o ex-secretário da Segurança Pública Fernando Francischini e os comandantes da Polícia Militar (PM) que atuaram na chamada “batalha do Centro Cívico”, no dia 29 de abril deste ano. A ação acusa o governador e os outros envolvidos de improbidade administrativa.

O despacho da juíza Patrícia Almeida Gomes Bergonse acusando o recebimento foi feito no último dia 25. Na prática, ela deu início ao processo, uma espécie de pontapé inicial. A partir daquele dia, os acusados têm 15 dias para apresentar defesa prévia.

Depois de receber as manifestações das defesas, a magistrada terá 30 dias para decidir prosseguir com a ação ou rejeitá-la, se for convencida da inexistência do ato de improbidade.

A ação foi proposta há exatamente três meses. Na terça-feira (29), a batalha do Centro Cívico completou cinco. O inquérito policial militar que também apura os fatos está em fase final.

Na ação civil pública, o MP afirmou que os citados violaram os princípios da administração pública. Os promotores e procuradores que assinam a ação consideraram que houve uma ação e omissão relacionada à repressão no dia 29 de abril, violando os deveres de legalidade e lealdade às instituições.

O próprio governador foi acionado por omissão por não ter impedido excessos. Richa também pode responder por apoio administrativo e respaldo político do governo à ação policial na operação.

Francischini foi considerado o gestor em todos os aspectos da ação policial. O então comandante-geral da PM César Kogut foi responsabilizado por ter dado apoio institucional à gestão da operação. O ex-subcomandante geral Nerino Mariano Brito teria sido o “principal responsável operacional”. E o tenente-coronel Hudson Teixeira e o coronel Arildo — atualmente chefe do Estado Maior da PM — seriam executores da ação policial no dia 29, “tendo parcial autonomia em relação a seus desdobramentos”.

## Outrolado

O advogado de Richa, Francisco Zardo, do escritório Professor René Dotti, disse que o governador ainda não foi notificado da ação do MP e afirmou que saltou aos olhos da defesa o fato de que seu cliente não foi ouvido durante o inquérito. “A Procuradoria Geral do Estado também não teve acesso aos autos”, disse ele.

Segundo ele, Richa cumpriu seu dever constitucional de oferecer a segurança pública naquele dia 29 de abril e garantiu o cumprimento de uma decisão judicial da época que tinha como objetivo evitar invasão da Assembleia Legislativa pelos manifestantes.

A Polícia Militar manteve, em nota, posicionamento anterior sobre o assunto, dizendo que “não existe uma conduta individualizada de qualquer um dos oficiais nominados que possa definir a complexidade dos fatos ocorridos em 29 de abril deste ano.”

30 SET 2015

GAZETA DO POVO

# Maioridade aos 16 anos custaria R\$ 20 mi ao PR

## TRAMITAÇÃO

APEC 171/1993 foi aprovada na Câmara em agosto deste ano. No Senado, a PEC tramita com o número 115/15. A matéria deve ser votada conjuntamente com outras que visam alterar a maioridade penal.

Estimativa não considera gasto com pessoal, apenas com estrutura para atender ao que equivale hoje a 16% dos jovens detidos no estado

*Felippe Anibal*

**I** Nos últimos meses, as discussões em torno da redução da maioridade penal dividiram o Brasil. Texto que está em estágio mais avançado de tramitação, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993 pretende que os adolescentes com 16 anos ou mais e que tenham cometido crimes hediondos sejam imputados penalmente. Eles fariam isso em um estabelecimento intermediário, separado do sistema penitenciário (para os adultos) e do sistema socioeducativo (em que adolescentes infratores cumprem medidas de internação).

O problema é que o texto é vago e não fixa sequer diretrizes mínimas para a criação deste sistema intermediário. Hoje, no Paraná, 171

adolescentes apreendidos (ou 16% do total) se encaixariam nas definições dessa proposta de redução da maioridade penal — eles cumprem internação por atos infracionais, como homicídio, latrocínio e estupro. A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) estima que seriam necessárias pelo menos duas novas unidades para receber esses jovens. A pasta aponta que, só para construí-las e equipá-las, gastaria cerca de R\$ 20 milhões.

“O Brasil não tem hoje nenhum estado preparado para cumprir essa PEC, no que diz respeito à criação do sistema intermediário. Ninguém tem condições”, disse Pedro Ribeiro Giamberardino, diretor do Departamento de Atendimento Socioeducativo, vinculado à Seju.

Outro ponto que preocupa as autoridades são as lacunas do texto da PEC. A proposta não determina, por exemplo, se haveria um período para que os estados se adequassem à norma, criando este novo modelo; e qual o perfil da pasta que seria responsável para gerir este sistema.

“Não se sabe, por exemplo, se este novo modelo ficaria sob responsabilidade da Seju ou da Sesp [Secretaria de Estado da Segurança Pública, que administra os presídios do Paraná]”, apontou Giamberardino.

## Efeito reverso

Para os especialistas, a falta de unidades para consolidar o modelo esboçado pela PEC 171/1993 pode provocar um efeito reverso e colocar nas ruas os adolescentes que se enquadram nas especificações da proposta (maiores de 16 anos, autores de crimes hediondos).

“Não vamos poder manter estes adolescentes no sistema socioeducativo. Ao mesmo tempo, eles não poderão ser colocados no sistema penal. O que vai acontecer é que, a partir de pedidos dos advogados, a Justiça vai mandar esses jovens cumprir prisões domiciliares”, avaliou o procurador de Justiça, Murillo José Digiacomo, do Ministério Público do Paraná.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

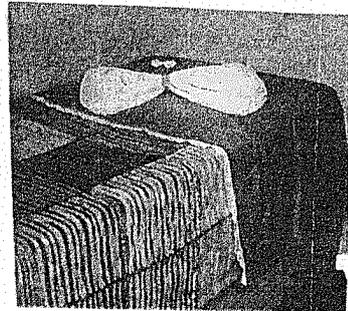
### Rede socioeducativa tem menos reincidência e mais responsabilização

A cama bem arrumada, com uma colcha colorida bem estendida, dá ao cômodo uma cara de quarto de menina. Mas a porta de aço e o cadeado deixam claro que aquele espaço é uma cela. É em anexos como esse que 32 garotas cumprem medida de internamento, no Centro de Socioeducação (Cense) Joana Richa, no bairro Mercês em Curitiba – única unidade feminina do Paraná.

Pela manhã, as adolescentes frequentam aulas, em pequenas turmas. À tarde, a rotina inclui cursos e atividades profissionalizantes. Nos outros Censes do estado, o dia a dia é parecido. O atendimento é quase individualizado e não sai barato: em média, cada jovem custa R\$ 10 mil por mês ao estado, enquanto no sistema prisional, o custo médio mensal de cada detento é de até R\$ 3 mil.

O maior investimento se traduz, por exemplo, em um índice de reincidência bem menor em comparação ao modelo penitenciário. Hoje, 17% dos adolescentes internados são reincidentes. Nos presídios, o índice chega a 70%, segundo o Departamento Penitenciário. Além disso, especialistas apontam que o adolescente que comete uma infração é responsabilizado de forma muito mais efetiva que um adulto. O jovem tem que ser julgado em até 45 dias e, se for o caso, já é encaminhado à internação. "O sistema socioeducativo prevê resposta imediata. Hoje, é mais fácil manter um adolescente internado do que um adulto preso. Não precisamos alterar a lei que já existe", disse o procurador do MP Murillo José Digiacomo.

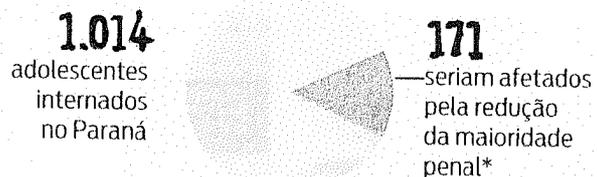
# 30 SET 2015



Unidade feminina: jeito de quarto com porta de cadeia.

## AFETADOS PELA REDUÇÃO

Hoje, 171 adolescentes internados no Paraná seriam afetados pela proposta de redução da maioria penal (PEC 171) aprovada pela Câmara dos Deputados.



\* maiores de 16 anos, que cumprem medida socioeducativa de internação, por causa de crimes hediondos

### Dentre os que serão afetados:



## DADOS GERAIS DA INTERNAÇÃO

O Paraná tem mais de mil adolescentes (a partir de 12 anos de idade), cumprindo medidas socioeducativas de internação. Veja quais são os principais atos infracionais

Roubo	395
Tráfico	162
Homicídio	121
Furto	51
Porte de arma	30
Latrocínio	23
Outros	232

Fonte: Seju. Infografia: Gazeta do Povo.

## CONTINUA

**CONTINUAÇÃO**

**Falta de  
pessoal e falhas  
estruturais  
ameaçam**

**socioeducação**

Apesar dos bons resultados obtidos pelo modelo, o Sindicato dos Servidores da Socioeducação do Paraná (Sindsec) alerta que algumas unidades do estado operam acima da capacidade, em uma dinâmica que envolve superlotação e tentativa de fugas. O órgão estima que haja um déficit de 99 funcionários nos Censes paranaenses. “O sistema está ‘estrangulado’. Algumas unidades estão no limite, com um número de funcionários bem menor do que deveriam ter”, diz o presidente da entidade, Dirceu Soares.

A unidade que mais preocupa é o São Francisco, localizado no complexo penitenciário de Piraquara, região metropolitana. E não é de hoje: o centro tem um longo histórico fugas e motins. “Quase todo dia tem fuga de menores ou violência contra funcionários”, diz um servidor. “À noite, apenas cinco guardas vigiam o prédio. Todos desarmados”, completa.

Segundo o sindicato, as paredes são frágeis e têm sido perfuradas com facilidade pelos internos, ávidos por fugir.

Enquanto isso, o governo promete entregar até o fim de 2015, cinco anos depois de licitada, uma nova unidade em São José dos Pinhais, com capacidade para 78 adolescentes.

**30 SET 2015**

**GAZETA DO POVO**

30 SET 2015

# GAZETA DO POVO

» ESCÂNDALO

## Documentos do caso Copel 'reaparecem'

Catarina Scortecci

**I**Cerca de 30 volumes de apensos ao principal processo do caso Copel/Olvepar, que estavam desaparecidos, foram encontrados na tarde de terça-feira (29). A informação foi confirmada por funcionários da 2ª Vara Criminal de Curitiba, onde tramita o caso desde 2003, mas detalhes sobre quem encontrou os papéis, e em que circunstâncias, não foram divulgados.

O reaparecimento de peças do processo, que é apenas físico devido ao ano de autuação (2003), ocorre um dia depois de a **Gazeta do Povo** revelar que o processo estava sendo restaurado devido ao sumiço da primeira colaboração feita pelo doleiro Alberto Youssef e também de dados de sigilos bancários de envolvidos. Por causa disso, uma nova delação foi feita por Youssef no mês passado e procedimentos para apurar o sumiço já tinham sido determinados pelo juiz substituto Fernando Bardelli Silva Fischer.

Devido ao volume de apensos encontrados, os funcionários informaram nesta terça (29) que ainda não era possível conhecer o conteúdo deles. Não se sabe, por exemplo, se a primeira colaboração de Youssef consta no material encontrado ou não. Eles também não souberam informar qual a totalidade original dos apensos. Através da assessoria de imprensa do Ministério Público, o promotor de Justiça Jacson Luiz Zilio, que está à frente do caso, apenas confirmou que peças foram encontradas e serão examinadas.

Youssef é réu no caso junto com outras seis pessoas. O principal processo do caso Copel/Olvepar, escândalo de corrupção que marcou o final da gestão Jaime Lerner no governo, em 2002, não teve desfecho.

30 SET 2015

# GAZETA DO POVO

## Judiciário aposta na derrubada do veto a reajuste de até 78%

Luis Lomba

Especial para a Gazeta do Povo

**I**O Congresso Nacional decide nesta quarta-feira (30) se derruba o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto

de lei que reajusta os salários dos servidores do Judiciário Federal de 53% a 78,5%, que custaria R\$ 25,7 bilhões até 2018. O projeto faz parte da “pauta-bomba” do Legislativo, que cria enormes despesas para a União em 2016 e atrapalha o ajuste fiscal proposto pela presidente. A categoria está mobilizada e alega que não pode ser chamada mais uma vez a contribuir para segurar os gastos públicos. Cerca de 100 servidores do Paraná devem ir a Brasília acompanhar a votação, juntamente com colegas de outros estados. “Vamos interromper totalmente o trabalho nesta quarta-feira em Curitiba, Londrina e Maringá”, avisa Domingos Cardia, integrante do comando de greve.

Os servidores têm expectativa favorável em relação à derrubada do veto pelos parlamentares, segundo Paulo César Silva dos Santos, coordenador do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná (Sinjuspar). “Na semana passada, não teríamos os votos necessários para derrubar o veto, então pedimos que a sessão fosse suspensa. Para esta quarta-feira, a expectativa é que o

veto será derrubado, mesmo com o governo tentando comprar apoio entregando ministérios ao PMDB”, diz. Em junho o Senado aprovou reajuste de 53% a 78,5%, de acordo com o cargo, a ser pago em parcelas até 2018, mas a presidente vetou a medida.

Santos argumenta que a categoria está sem reajuste desde 2006 e que o reajuste corrigiria distorções salariais em relação aos servidores do Legislativo e do Executivo. “Em 2006, houve a recomposição da inflação desde 2002. Depois ficamos sem nada até 2012, quando houve aumentos de 5% para todos os servidores federais. A questão é que esse reajuste foi só sobre as gratificações. Os salários estão defasados. Deixaram formar uma bola de neve e agora dizem que o reajuste é muito alto”, diz.

Domingos Cardia argumenta que a categoria já deu sua cota de sacrifício. “Os servidores dão sua contribuição para o ajuste desde 2009, quando não tiveram as correções salariais implementadas. O governo diz que o reajuste vai custar R\$ 25,7 bilhões em quatro anos. Considerando que o reajuste deveria ter sido implementado em 2009, a União economizou R\$ 25,7 bilhões de 2009 a 2012, mais R\$ 29,5 bilhões de 2013 a 2015, afirma.

Os servidores da Justiça federal estão em greve desde o fim de maio. A categoria tem cerca de 4,3 mil servidores no Paraná — 1,5 mil na Justiça Federal, 2 mil na Justiça do Trabalho e 800 do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

R\$ 25,7  
BILHÕES

é o montante que vai custar o reajuste aos servidores do Judiciário até 2018. Caso o veto da presidente Dilma Rousseff seja derrubado, o impacto ano a ano será o seguinte:  
R\$ 1,5 bilhão em 2015  
R\$ 5,3 bilhões em 2016  
R\$ 8,4 bilhões em 2017

» CURITIBA

## **Casamento coletivo para pessoas com deficiência será realizado em dezembro**

Diego Antonelli

! Casais com uma ou duas pessoas com deficiência têm a chance de formalizar sua união por meio de um casamento coletivo programado para o dia 5 de dezembro, no Centro de Educação Permanente do Parque Barigui, em Curitiba. No evento, haverá uma bênção ecumênica. Os interessados devem se inscrever até 19 de outubro, no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) mais próximo de sua residência.

Segundo a psicóloga da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência e uma das coordenadoras da ação, Denise Moraes, no ato da inscrição é necessária apresentar original da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou casamento com averbação do divórcio, comprovante de renda de até três salários mínimos por pessoa, comprovante de endereço e laudo médico comprovando a deficiência.

O casamento coletivo é organizado pela Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da prefeitura de Curitiba; pelo Poder Judiciário e pelo programa Justiça no Bairro, dos cartórios de Registro Civil de Curitiba.

30 SET 2015

## GAZETA DO POVO

### Casamentos crescem 21% no Paraná nos últimos cinco anos

O casamento civil permanece como uma das instituições mais sólidas no Paraná, apresentando, inclusive, crescimento por sua procura. De acordo com levantamento realizado pela Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), nos últimos cinco anos, o número de casais que oficializaram o casamento cresceu 21%, totalizando 287.715 mil matrimônios no estado dentro do período. Somente em Curitiba, o número de casados saltou de 9.691, registrados em 2010, para 10.887 em 2014, o que representa um crescimento de 12,3%.

O presidente do Instituto de Registro Civil de Pessoas Naturais do Paraná (Irpen-PR) e diretor de registro de títulos e documentos da Anoreg-PR, Arion Toledo Cavalheiro Júnior, explica que o aumento no número de casamentos pode estar atrelado à melhora na renda do brasileiro e pela facilitação do acesso à casa própria. "Hoje, o casal está muito mais perto de ter seus próprios lares, e isso reforça o desejo de se casar oficialmente perante a lei", analisa.

#### Casamento coletivo

Entre outros fatores que contribuíram para o crescimento no número de registros de casamentos, estão os casamentos coletivos, organizados por diversos cartórios do Paraná em parceria com o Irpen-PR e a Anoreg-PR. Em muitas cidades paranaenses, é grande a quantidade de escritórios extrajudiciais que se juntam para registrar a união dos casais que, às vezes, esperavam anos para oficializar a união. Essa modalidade de casamento permite que os casais que não tenham condições de realizar os trâmites possam formalizar o sonho sem custo algum.

#### Procedimento legal

O procedimento legal do casamento é feito em um cartório de Registro Civil e precisa da presença de duas testemunhas maiores de 18 anos, que atestem conhecer o casal e afirmem não existir impedimento legal que os iniba de casar. O processo de habilitação ao casamento civil fica pronto em aproximadamente 30 dias. Nesse tipo de união civil, concedem-se direitos e impõem-se obrigações ao casal. A oficialização tem diversos efeitos jurídicos como, por exemplo, a escolha do regime de bens entre os cônjuges e o acesso a benefícios sociais de programas do governo.

#### Número de casamentos registrados nos últimos cinco anos, no Paraná e em Curitiba

##### 2010

50.671 Casamentos Totais no Paraná  
9.691 Casamentos em Curitiba

##### 2011

57.019 Casamentos Totais no Paraná  
10.275 Casamentos em Curitiba

##### 2012

58.372 Casamentos Totais no Paraná  
10.139 Casamentos em Curitiba

##### 2013

60.183 Casamentos Totais no Paraná  
10.684 Casamentos em Curitiba

##### 2014

61.470 Casamentos Totais no Paraná  
10.887 Casamentos em Curitiba

# GAZETA DO POVO

**DIEGO GARCIA**

## **O que não lhe contaram sobre o Estatuto da Família**

**30 SET 2015**

**N**o dia 24, o projeto de lei que cria o Estatuto da Família foi votado em Comissão Especial da Câmara dos Deputados e aprovado com resultado expressivo (17 a 5). O resultado foi fruto de longa discussão e debate na Câmara, iniciado em 2014. Depois de inúmeros debates, audiências públicas e encontros regionais, o resultado foi o mais democrático possível, inclusive porque os deputados que participaram da Comissão foram eleitos pelo povo, com a clara intenção de defender os interesses de seu eleitorado.

O texto aprovado pela Comissão — e que ainda será analisado pelo Senado — faz valer o que dispõe a Constituição Federal, ao instituir políticas públicas em prol da “família, base da sociedade” (art. 226 e parágrafos), que tem sido tão atacada nos últimos tempos.

Se o próprio constituinte de 1988 disse que a família merece especial proteção do Estado, já era hora de o Congresso Nacional chamar para si a função que lhe compete e de legislar a respeito do tema, de modo a proteger, fortalecer e estabelecer garantias à família, base da sociedade.

Há, hoje, inúmeros agrupamentos familiares. A título de exemplo, há famílias formadas por casais homoafetivos, tios e sobrinhos, avós e netos, primos etc. Mas, apesar de logicamente serem relações familiares, não constituem a base da sociedade, reconhecida pela Constituição. Cada pessoa é livre para definir seu próprio conceito de família, mas o Estatuto da Família se pautou no texto constitucional, que claramente reconhece quais relações familiares formam a “base da sociedade”. Assim, a “família, base da sociedade”, é a formada pelo casal sem filhos, pelo casal com filhos biológicos ou adotivos, pelo pai e mãe solteiros ou viúvos e seus filhos biológicos ou adotivos. A família não é simplesmente um agrupamento de pessoas por laços afetivos,

mas sim uma entidade orgânica e organizada, em que se percebe duas relações independentemente suficientes: a conjugalidade e a filiação.

Importante frisar que nenhum dos outros arranjos familiares será prejudicado pelo Estatuto, como também não o serão os processos de adoção. O Estatuto do Idoso, por exemplo, foi elaborado para criar políticas públicas apenas

para pessoas idosas, mas isso não significa que aqueles que não são idosos estejam desamparados pelo Estado. Da mesma forma, podemos citar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Criança e Adolescente e assim por diante. Todos são amparados, de um jeito ou outro, pelo ordenamento jurídico brasileiro.

A afirmação “quem defende a família ‘tradicional’ é fundamentalista” não é verdadeira. Por acaso é errado defender a família tradicional? O fundamentalismo religioso traduz uma postura de violência com o fim de impor um credo a alguém. Assim, é desonesto equiparar o religioso, ou um simples cidadão cuja postura religiosa é conhecida, e que traz argumentos oportunos ao debate, a um fundamentalista. E, de qualquer forma, é preciso deixar muito claro que o Estatuto da Família não traz argumentos religiosos. Não há, em todo o parecer, qualquer menção de fato, personagem, analogia ou definição que possa sequer ser tomada à luz de qualquer religião. Quem apresenta esse argumento para desqualificar o parecer e a Comissão ou é desinformado, ou é desonesto.

**Diego Garcia** é deputado federal (PHS-PR) e relator do Estatuto da Família.

30 SET 2015

## GAZETA DO POVO

### JUSTIÇA

#### **CNJ decide que cotas raciais não dependem de critério social**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) barrou uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que alterou norma editada pelo órgão que determina reserva de 20% das vagas para negros em concursos públicos para juízes e servido-

res do Judiciário. O tribunal local adotou a regra do CNJ, mas estabeleceu restrição maior, exigindo que, além do critério racial, era preciso comprovar situação de carência. Em decisão provisória (liminar), o ouvidor do CNJ, conselheiro Fabiano Silveira, determinou o cumprimento da reserva para negros, independentemente da origem social do candidato.

#### **TSE aprova a criação do Partido da Mulher Brasileira**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou na noite de terça-feira (29) o registro do Partido da Mulher Brasileira (PMB). A sigla é a 35ª registrada no país. Desde 2009 o grupo tenta a formalização como legenda na Justiça Eleitoral. A partir de ago-

ra, a sigla pode lançar candidatos às eleições de 2016. O partido se define como grupo que nasceu da vontade de mulheres ativistas de movimentos sociais e populares que participam da vida política, "progressistas", e de mulheres e homens que "manifestaram sempre sua solidariedade com as mulheres privadas de liberdades políticas, vítimas de opressão, exclusão e terríveis condições de vida".

## ENTRELINHAS

### **Polícia 162 anos**

A Polícia Civil do Paraná comemorou em setembro os 162 anos de sua fundação. A programação incluiu um passeio de motocicletas (com presença do moto clube Harley Davidson do Brasil), uma corrida de rua e culminou, na segunda-feira (28), com uma solenidade de aniversário, no Palácio Iguaçu, com a presença do governador Beto Richa e autoridades locais. Membros da corporação foram homenageados, dentre eles o delegado Vilson Alves de Toledo, que recebeu uma medalha de prata pelos 20 anos de trabalho na polícia.

30 SET 2015

# GAZETA DO POVO

## OBITUÁRIO

### *Myrian Portugal Bacellar: a paciência e as cantorias da curitibana*

Da Redação

**N**ascida em Curitiba, Myrian Portugal Bacellar quase não ia para longe da cidade. Seu programa com o marido Romeu Bacellar e com os amigos sempre foi fazer pequenas viagens. Juntos, iam para a Ilha do Mel ou para a chácara da família em Ouro Fino, em Campo Largo.

Vizinha de Romeu, o conheceu pela janela de casa no início da década de 1940. Em 1943, casaram. Tiveram sete filhos, pelos quais a curitibana dedicou todo o tempo. Inspirada no nome do marido, falecido há 15 anos, ela deu aos sete meninos nomes que começam com a letra R: Rui, Romeu Filho, Rogério, Rubens, Ricardo — já falecido —, Ronaldo e Roberto.

Quando moça, Myrian tinha duas grandes paixões, tocar violão e andar a cavalo. Era uma exímia cavaleira e também grande musicista. Deixou de lado as montarias quando mais velha, mas não o violão, que se tornou a grande distração dela com os filhos. Os dois mais novos, Ronaldo e Roberto, também tocavam e juntos com a mãe faziam “rodas de viola”. As músicas clássicas eram sua especialidade.

Myrian tinha grande prazer em cozinhar para os meninos. Preparava verdadeiros banquetes. Não tinha como ser menos, a combinação era perfeita, já que Myrian amava cozinhar e os seis filhos amavam comer.

Arquivo da família



O ditado “a paciência é uma virtude” resumia bem a personalidade da curitibana. Nunca se alterava, mesmo nos momentos difíceis. Era boa ouvinte e grande conselheira. Não importava o tamanho do problema, sempre acalmava filhos e netos dizendo que “não há mal que dure para sempre e nem bem que nunca se acabe”.

Myrian era quase que um “ponto de encontro” da família. Onde ela estava, lá iam todos. Chegou a “abrigar” mais de 20 pessoas em casa durante as viagens. Ela era também a responsável pelo tradicional almoço de domingo, organizava tudo. Depois das refeições, ela também comandava a contação de histórias de família. Os personagens quase sempre eram os pais Clotário e Anita Portugal. “Ela queria manter viva as histórias da família. Encontrou nos almoços uma forma de passar isso para frente”, diz o filho Romeu.

A história da família também podia ser vista por quem olhasse as fotografias expostas nas paredes de toda a casa. Gostava de ter a imagem mais recente de todos.

Tinha memória exemplar. Das aquelas de causar inveja a qualquer jovem. Nunca esqueceu um aniversário ou data comemorativa da família. Lembrava dos dias do nascimento, casamento e outras ocasiões importantes de todos os filhos e netos. E fazia questão de ligar e comprar um “presentinho” para comemorar em todas elas. Nos natais, realizava doações de brinquedos, agasalhos e comida coletados com toda a família. Movimentava também “campanhas” entre filhos, noras e netos durante todo o ano.

Myrian estava internada há alguns dias para tratar de uma inflamação no intestino. Durante o período em que esteve na UTI, alguns órgãos tiveram as funções comprometidas. Na recuperação, não resistiu a uma falência múltipla dos órgãos. Deixa seis filhos, 16 netos e 15 bisnetos.

Dia 3 de setembro, aos 89 anos, de falência múltipla dos órgãos, em Curitiba.

Colaborou: Getulio Xavier.

Paraná Portal

30 SET 2015

## RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 30 de setembro de 2015 às  
08h09

### **100 anos**

Hoje se comemora o centenário de nascimento do desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná – Heliantho Guimarães Camargo, pai do também desembargador Clayton Camargo (abaixo) e avô do conselheiro do Tribunal de Contas, Fábio Camargo. Cumprimentos à família amiga.

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**Paraná Portal**

**30 SET 2015**



**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**Paraná Portal**

**30 SET 2015**



30 SET 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Regra de transição pelo TSE é inviável, diz Fux

### Ministro criticou proposta para adiar fim do financiamento empresarial de partidos

Relator da ação que levou o STF (Supremo Tribunal Federal) a vetar doações de empresas para campanhas, o ministro Luiz Fux afirmou nesta terça (29) que seria inviável uma norma de transição editada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para liberar esse tipo de financiamento para partidos até o fim do ano.

A proposta foi lançada pelo ministro Dias Toffoli, presidente do TSE e integrante do STF, e ainda será alvo de debate na corte eleitoral, mas provocou mal-estar no Supremo entre os ministros que votaram pela proibição aos repasses empresariais.

Toffoli defendeu que o TSE aprovasse uma resolução para marcar quando a decisão do STF passará a valer. A expectativa é que a medida seja debatida nesta semana.

Para Fux, que também é integrante da corte eleitoral, não há brecha para que o TSE flexibilize um entendimento do Supremo. "Em princípio, acho que é inviável uma ordem normativa secundária querer superar uma decisão do Supremo num controle de constitucionalidade", disse Fux.

"Na ordem de sobreposição das cortes, o Supremo vem no ápice. Se alguém tem que se curvar, não é o Supremo, são os outros tribunais."

A movimentação de parte do TSE foi interpretada por interlocutores de ministros do STF como uma tentativa de garantir fôlego para os caixas dos partidos às vésperas das eleições de 2016.

A regra também daria mais prazo para o Congresso avançar com uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que retome o financiamento empresarial de campanhas.

### PERGUNTAS E RESPOSTAS

Entenda a polêmica sobre o financiamento de campanhas

#### 1 O que a Câmara e o Senado já decidiram sobre financiamento empresarial?

A Câmara aprovou projeto de lei que permite o financiamento empresarial só para partidos. O Senado o rejeitou, mas a Câmara restabeleceu o texto, que foi levado para sanção da presidente. Paralelamente, foi feita uma Proposta de Emenda Constitucional autorizando as doações de empresas. Ela foi aprovada pela Câmara em dois turnos e está no Senado. Para vigorar, uma PEC não depende de sanção da presidente

#### 2 O que o STF decidiu sobre esse assunto?

Por 8 a 3, prevaleceu o entendimento de que o financiamento empresarial é inconstitucional porque favorece alguns candidatos, sendo um fator de desequilíbrio na disputa. Gilmar Mendes, um dos que votaram contra, alega que faltou definir o início da validade da decisão. O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, discorda

#### 3 A Justiça Eleitoral pode influenciar no assunto?

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli, aventou a possibilidade de a corte estabelecer uma fase de transição para a nova regra, mas, para o ministro Luiz Fux, o TSE não pode flexibilizar decisão do STF

#### 4 O Congresso pode contornar a decisão do STF?

No entendimento de alguns, basta promulgar a PEC para que o financiamento empresarial passe a ser constitucional. Para outros, a proibição do STF tomou como base uma cláusula pétrea da Constituição, a que prevê igualdade de condições na disputa, e a PEC não adiantaria

#### 5 Como será a regra para a eleição de 2016?

Não se sabe. Se não forem aprovadas novas regras, fica valendo o veto às doações empresariais fixado pelo STF. Mas, mesmo que surjam novas normas, elas poderão ser questionadas no Supremo

30 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Capitais têm 1 assassinato a cada meia hora

Casos mais críticos estão no Nordeste, onde oito das nove capitais ocupam topo das taxas de homicídio e roubo com morte

**Fortaleza é líder em ranking de violência; para pesquisador, condições urbanas favorecem delitos**

JULIANA COISSI  
DE SÃO PAULO

A cada meia hora, uma pessoa foi assassinada em capitais brasileiras no ano passado. Foram 15.932 vítimas, uma alta de 0,8% em relação ao ano anterior, segundo a 9ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Os casos mais críticos estão no Nordeste: oito das nove capitais da região (com exceção de Recife) estão na lista das dez maiores taxas de homicídio doloso e agressão e roubo seguidos de morte.

Fortaleza é a líder do ranking, com 77,3 mortos por esses crimes a cada 100 mil habitantes, seguida por Maceió, São Luís e Natal. São Paulo tem a taxa mais baixa, de 11,4.

O índice da capital cearense é mais do dobro da média das capitais (33) e três vezes superior à média nacional (25,2) em 2013 — os dados completos do ano passado ainda não foram consolidados.

O estudo reúne pela primeira vez dados das capitais. Eles foram tabulados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com informações obtidas dos Estados por meio da Lei de Acesso à Informação.

**“Capitais têm um problema mais agudo, têm grande adensamento urbano e oferta de serviços públicos longe do ideal para a qualidade de vida**

RENATO SÉRGIO DE LIMA  
vice-presidente do Fórum Brasileiro de  
Segurança Pública

Vice-presidente do Fórum Brasileiro, Renato Sérgio de Lima diz que crimes são multifatoriais, mas que teorias recentes apontam que condições urbanas podem favorecer a prática de delitos.

“Capitais têm um problema mais agudo, porque são os maiores municípios do país, têm grande adensamento urbano e ao mesmo tempo oferta de serviços públicos longe do ideal para a qualidade de vida”, afirma.

Nos locais em que a questão urbana está mal resolvida, diz o sociólogo, o Estado tem dificuldade de administrar conflitos. “Se vivo num terreno invadido ou com um bar ilegal e tenho um conflito, não vou chamar a polícia porque serei preso.”

O estudo também aponta alta de 16,6% no investimento em segurança pública. Estados e União, juntos, gastaram R\$ 71,2 bilhões no setor em 2014, contra R\$ 61,1 bilhões no ano anterior.

Em relação aos gastos por cidadão com segurança pública, Piauí, Mato Grosso e Paraíba estão entre os Estados cujo investimento caiu ou ficou próximo de zero. As capitais dos três Estados estão entre as dez que mais registraram assassinatos, proporcionalmente, em 2014.

## NORDESTE

As altas taxas de violência no Nordeste, para Lima, são explicadas pelo boom econômico, que atraiu maior contingente de pessoas, sem que a oferta de serviços públicos acompanhasse esse ritmo.

Para o secretário de Segurança Pública de Alagoas, Alfredo de Mendonça Neto, o Nordeste se destaca pela forte entrada do crack nas capitais, que potencializa crimes.

“É uma região pobre, com menos oportunidades para uma população com políticas públicas deficientes”, diz.

Maceió é a segunda capital com a maior taxa de mortes violentas (69,5). O governo alagoano diz que, nos últimos nove meses, reduziu em 22% os assassinatos na capital e que chegará ao fim deste ano com taxas entre 48 e 50.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

Na Paraíba, a gestão do reeleito Ricardo Coutinho (PSB) afirma ter reduzido em 24% os homicídios nos últimos quatro anos. O governo diz que reajustou salário de policiais e que tem investido em aparatos de segurança, serviço de inteligência e unidades de “polícia solidária”.

O governo do Ceará também diz ter agido para “quebrar a curva de crescimento”

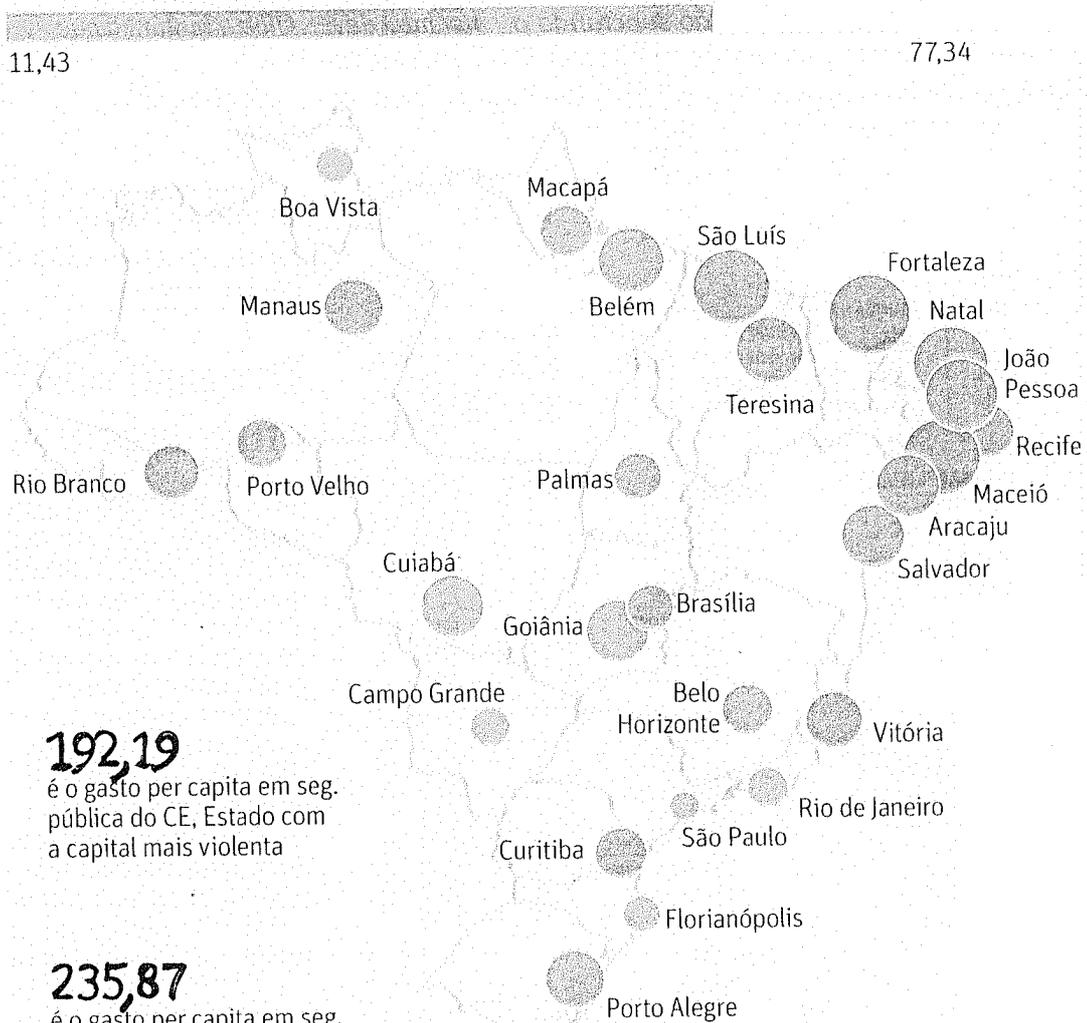
# 30 SET 2015

# FOLHA DE S. PAULO

### AS MAIS VIOLENTAS

Das dez cidades mais violentas, oito estão no Nordeste

Taxa de crimes violentos letais por 100 mil habitantes



## CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### VIOLÊNCIA NAS CAPITALS

Em 2014, uma pessoa foi assassinada a cada meia hora nesses locais

# 30 SET 2015

Taxa de crimes violentos letais por 100 mil habitantes

	Em 2014	Em 2013
Fortaleza (CE)	77,34	78,10
Maceió (AL)	69,53	81,37
São Luís (MA)	69,07	61,20
Natal (RN)	65,89	67,10
João Pessoa (PB)	61,61	66,92
Teresina (PI)	53,06	39,69
Belém (PA)	51,23	52,60
Salvador (BA)	48,12	51,50
Cuiabá (MT)	47,44	41,42
Aracajú (SE)	47,13	49,14
Goiânia (GO)	46,66	44,85
Manaus (AM)	41,63	39,70
Porto Alegre (RS)	40,61	32,97
Vitória (ES)	38,34	34,17
Rio Branco (AC)	36,55	33,60
Macapá (AP)	32,46	34,53
Curitiba (PR)	32,40	30,45
Recife (PE)	31,96	28,26
Belo Horizonte (MG)	30,83	34,73
Porto Velho (RO)	30,57	28,66
Palmas (TO)	27,88	25,98
Brasília (DF)	25,84	25,84
Rio de Janeiro (RJ)	20,22	21,60
Campo Grande (MS)	18,86	13,82
Boa Vista (RR)	17,47	23,30
Florianópolis (SC)	16,90	13,90
São Paulo (SP)	11,43	11,94

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São considerados crimes violentos letais intencionais a soma dos casos de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio (roubo seguido de morte)

30 SET 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Lava Jato no plural

Fatiamento da operação é defensável, mas deve ser conduzido com cuidado para que o mero formalismo não comprometa as apurações

Deflagrada há pouco mais de um ano e meio, a Operação Lava Jato, da Polícia Federal, alcançou dimensões inimagináveis à época de seus primeiros movimentos.

A partir dos negócios de uma rede de doleiros, da qual fazia parte uma prosaica casa de câmbio instalada em um posto de gasolina brasiliense, chegou-se, sem exagero retórico, à maior investigação de corrupção da história do país.

Só em acordos com envolvidos confessos no esquema de pagamento de propinas revelado na Petrobras, R\$ 1,8 bilhão será devolvido aos cofres públicos, segundo cálculo de agosto.

As condenações iniciais já passam de 40, cifra que ainda não abarca a portentosa lista de empresários e políticos — incluindo ministros de Estado e os presidentes das duas Casas do Congresso — já mencionados pelos delatores.

Sobre os casos debruça-se uma força-tarefa de 11 procuradores em atuação na primeira instância da Justiça Federal do Paraná, além de algo como 60 policiais federais. Tal aparato investigativo gravita em torno do juiz Sergio Moro, que granjeou merecida reputação pela severidade de suas decisões.

Por tudo isso, causa compreensível inquietude a decisão — juridicamente correta — tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

de retirar das mãos de Moro processos abertos na esteira da Lava Jato, em um sinal verde para o desmembramento das apurações.

Os ministros concluíram não haver conexão entre o propinoduto da Petrobras e o processo contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-chefe da Casa Civil, suposta beneficiária de recursos desviados do Ministério do Planejamento.

Por 8 votos a 2, e contra a posição do Ministério Público, o caso saiu da alçada de Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF. Com isso, os demais envolvidos na ação, sem foro privilegiado, passaram à Justiça de São Paulo. O precedente criado anima boa parte dos demais atingidos pela operação a tentar a sorte com outros juízes.

Prever as consequências do fatiamento da Lava Jato é tão difícil quanto encontrar um plural para o substantivo composto que dá nome à operação. Parecem precipitados, de todo modo, os temores de que os esforços feitos até aqui sejam desperdiçados.

Haverá, decerto, atrasos nos procedimentos, a serem minimizados com providências como a preparação de procuradores para atuar fora do Paraná e o intercâmbio de policiais. Seria disseminada, assim, a visão de que se deslinda uma teia de corrupção política sistêmica, não circunscrita a uma estatal.

Do Judiciário, espera-se bom senso na futura transferência de processos. O mero formalismo não deve tirar do Paraná, domicílio de doleiros das primeiras prisões, o cerne do extraordinário trabalho desenvolvido desde então.

30 SET 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### **STF absolve deputado acusado de agressão**

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal absolveu nesta terça (29), por falta de provas, o deputado Arthur Lira (PP-AL) da acusação de lesão corporal contra a ex-mulher. Ele respondia à ação penal por um episódio ocorrido em 2006.

Lira é presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ele ainda é alvo no STF de uma denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal relativa ao esquema de corrupção da Petrobras.

### **PAINEL**

**Limites** De um ministro do STJ sobre a hipótese de Marcelo Navarro, que toma posse nesta quarta-feira na Corte, mudar os rumos da Lava Jato: “Ele será o relator, mas a decisão é colegiada. Caso traga voto em contrário ao decidido até agora, precisará de muito argumento”.

**Surpresa** A informação de que o fatiamento da Lava Jato foi estratégia articulada por Nelson Jobim não convenceu um procurador da força-tarefa. “Se fosse assim, estaríamos sabendo”, diz ele.

30 SET 2015

## TRIBUNA DO PARANÁ

### JULGAMENTO COMEÇA

**A** 5.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública de Curitiba recebeu a ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná contra o governador Beto Richa, o ex-secretário da Segurança Fernando Francischini e os comandantes da Polícia Militar que atuaram na chamada "batalha do Centro Cívico", no dia 29 de abril deste ano. A ação acusa o governador e os outros envolvidos de improbidade administrativa. O despacho da juíza Patrícia Bergonise acusando o recebimento foi feito no último dia 25. Os acusados têm 15 dias pra apresentar defesa prévia. Depois, a magistrada terá 30 dias pra decidir prosseguir com a ação ou rejeitá-la, se for convencida da inexistência do ato de improbidade.

### INQUÉRITO

**U**m inquérito policial militar que também apura os fatos está em fase final. Na ação civil pública, o MP afirmou que os citados violaram os princípios da administração pública. Os promotores e procuradores que assinam a ação consideraram que houve uma ação e omissão relacionada à repressão. O governador disse que ainda não foi notificado.

## JORNAL DO ÔNIBUS

**Fim de doações de empresas vale para 2016, diz Fachin**

 O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fachin defendeu a tese de que a proibição da doação de empresas a partidos políticos já está valendo para as próximas eleições, em 2016, conforme a decisão tomada pelo STF no dia 17 de setembro último. O ministro Gilmar Mendes defende que a Corte retome o debate e defina

a vigência da decisão. "Eu estou subscrevendo o entendimento de colegas ministros daqui da corte que, na sua composição majoritária, pelo menos até o presente momento, entendem que essa decisão já é aplicável para as próximas eleições. A decisão tomada aqui é uma decisão já publicada e que está já surtindo os seus efeitos", disse Fachin. ■

## JORNAL DO ÔNIBUS NOTA POLÍTICA

### Arquivado

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem um parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) recomendando o arquivamento de uma queixa-crime apresentada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o senador Ronaldo Caiado (DEM). Lula pedia a condenação do senador pelos crimes de calúnia, injúria e difamação, por conta de ter sido chamado de "bandido frouxo" numa mensagem postada por Caiado no Twitter.

# BEMPARANÁ HÉLIO DUQUE STF, Lava Jato e corrupção

30 SET 2015

A delinquência de luxo acredita que a corrupção impunível tem vida fácil e sempre revivida na sociedade brasileira. Manchete do jornal "O Estado de S. Paulo": "Supremo decide fatar inquérito e reduz poder de Moro na Lava Jato". Quando, provavelmente, entraria no radar das investigações o BNDES e os Fundos de Pensão. São oportunas as observações do jornalista Augusto Nunes, em sua coluna, na "Veja" on-line: "Incomodado com o desempenho exemplar do juiz Sérgio Moro, dos procuradores federais e dos policiais engajados na Operação Lava Jato, o Supremo inventou o que a imprensa anda chamando de fatiamento do escândalo. Fatiamento coisa nenhuma. O nome certo é trapaça."

No tempo das "Ordenações Filipinas" (Constituição do Brasil colonial), a lei para os "fidalgos" era uma e para os demais era outra. Espiritualmente os seus fundamentos continuam presentes, como atesta a Escola Superior do Ministério Público Federal no estudo: "*A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos no sistema da Justiça Federal*". Nele estão sistematizados crimes de corrupção e crimes financeiros. Com cruzamento estatísticos baseados no sistema único do MPPF até 2012. Da totalidade dos inquéritos instaurados em todos os Estados e Distrito Federal, somente 27,7% se transformaram em denúncias na Justiça Federal. Foram arquivados com fundamento na falta de provas e a grande maioria por prescrição: 72,3%.

Qualifica a escolaridade dos corruptos brasileiros: com curso superior, 60%; com pós-graduação, 2,22%; com curso médio, 32,59%; com curso fundamental completo, 4,44%. Por faixa etária de 40 a 59 anos, 57,3%; de 60 a 64 anos, 13,71%; e, acima de 65 anos, 19,80%. Observem que a partir dos 40 anos de idade os crimes de corrupção e colarinho branco totalizam 90,81%. Já no perfil profissional são empresários, 30,28%; profissionais liberais, 24,77%; servidor público, 9,17%; serviços, 9,63%; e não informado, 21,10%.

Na geografia estadual da corrupção, a base de dados do Ministério Público Federal selecionou para análise quatro Estados: São Paulo, Paraná, Distrito Federal e Pernambuco. Em simpósio realizado em Brasília, nos dias 17 e 18 de agosto, promovido pelo MPPF e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com a presença do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, esse verdadeiro "dossiê da corrupção brasileira" foi exaustivamente debatido.

A tipificação dos crimes naqueles Estados tem o seguinte perfil: 1) Corrupção ativa e passiva" em SP, 25,92; Paraná, 37,93; Distrito Federal, 25,00; e, Pernambuco, 4,62; 2) "Peculato": SP, 38,64; Paraná, 37,50; Distrito Federal, 10,00; e, Pernambuco, 4,39. 3) "Sonegação e contribuição previdenciária": SP, 11,11; Paraná, 37,50; Distrito Federal, 10,00; e Pernambuco, 4,45. 4) "Crimes contra a ordem tributária": SP, 38,61; Paraná, 37,04; Distrito Federal, 46,15; e Pernambuco, 9,49. 5) "Lavagem de Dinheiro": SP, 16,67; Paraná, 7,14; Distrito Federal, 30,00; e, Pernambuco, 8,21. 6) "Crimes contra a lei de licitação": SP, 17,58; Paraná, 17,02; Distrito Federal, 25,00; e Pernambuco, 16,22. Observem que, na tipificação dos delitos, o Distrito Federal tem posição destacada. Com o agravante de ser a capital da República, onde estão as instituições máximas do poder judiciário nacional.

O retrato dessa realidade é chocante. O procurador da República Carlos Henrique Lima, diretor da Escola Superior do Ministério Público deveria encaminhar o estudo para leitura atenta do "doutrinador em lições jurídicas e morais no STF", ministro Dias Toffoli. Foi a ação coordenada dos Juizes Federais, dos Procuradores da República e da Polícia Federal que possibilitou construir essa terrível radiografia. Paralelamente a essa realidade, com competência, a Justiça Federal do Paraná vem travando duro combate, em primeira instância, contra a corrupção, alavancada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Em ação histórica que ao invés de atropelamentos deveria ser respeitada pelos Tribunais Superiores. Será para valer o que disse a vice-presidente do STF, ministro Carmem Lúcia?: "Nós, brasileiros, de bem precisamos assumir a ousadia que os canalhas têm". É exatamente isso que a força tarefa da Lava Jato vem fazendo: enfrentar e punir os canalhas assaltantes dos recursos públicos.

Vamos aguardar. Proximamente o ministro Teori Zavascki relatará os processos dos indiciados, investidos de mandatos, portanto com foro privilegiado no STF. Espera-se que a morosidade ocorrida no "mensalão", não se repita. A imunidade parlamentar não pode ser passaporte diplomático no julgamento dos acusados. É o que espera o Brasil decente. Igualmente não permitindo a dispersão dos fatos investigados, pulverizados em clara dispersão das ações penais fadadas, quem sabe, a futuras prescrições.

Helio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991)

# 30 SET 2015

## BEMPARANÁ

### PAINEL

#### Aula especial

A professora Cristiana Sanchez Gomes Ferreira, advogada militante no Direito de Família e Sucessões, é a convidada da ABDConst - Academia Brasileira de Direito Constitucional para ministrar aula especial aos alunos do curso de pós-graduação de Direito de Família e Sucessões, amanhã (1º de outubro).  
Informações:  
www.abdconst.com.br  
Contatos: (41) 3024-1127 - 3027-1167

---

#### Registro

Engenheiro que exerce a função, ainda que não tenha o registro no CREA, deve receber o piso da categoria. O entendimento é da 2ª Turma do TST.

---

#### Ética

Advogado pode anunciar suas especialidades de atuação em jornais online, desde que observados os limites éticos. O entendimento é da 1ª Turma de Ética Profissional do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de São Paulo.

---

#### Saúde

Plano de saúde não pode limitar tempo de internação psiquiátrica, ainda que previsto em contrato. O entendimento é da 5ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

#### Congresso

Acontece em São Paulo, de 7 a 9 de outubro, XI Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário e I Congresso Ibero-Americano de Direito Previdenciário. O evento, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). As inscrições e a programação completa estão do *hotsite* do evento (<http://www.ibdp.org.br/hotsite/>).

#### Direito sumular

Súmula nº 509 do STJ - É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda.

#### Moro rastreou R\$ 200 milhões em propina

Apenas quatro ações criminais já julgadas na Operação Lava Jato, envolvendo duas das maiores empreiteiras do País, confirmam pagamento de R\$ 200,5 milhões em propinas às diretorias de Abastecimento e de Serviços da Petrobras. De acordo com as sentenças do juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Lava Jato, parte dos valores foi recebida pelo ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, pelos ex-diretores da estatal Renato Duque (Serviços), Nestor Ceriveró (Internacional) e Paulo Roberto Costa (Abastecimento) e pelo ex-gerente de Engenharia da companhia Pedro Barusco. O rombo global nos cofres da estatal petrolífera alcançou R\$ 6,2 bilhões.